

Moção 69

Democracia económica, um pilar do pensamento económico do LIVRE

O debate público no nosso país tem, tradicionalmente, perspectivado as questões económicas de forma **binária**: a oposição entre **Estado** e **Privado** domina a discussão de políticas públicas, fruto de uma tradição social-democrata que já não tem reflexo nas opções dos nossos governos, que têm seguido, fundamentalmente, uma **linha neoliberal e promotora da economia financeirizada**, cada vez mais desregulada e extratora de riqueza dos bairros, cidades e territórios onde vivemos para benefício de poucos.

O espaço da Esquerda em Portugal tem tido dificuldade em afirmar uma proposta renovada que vá além deste binário que, embora defensor do interesse público e do bem estar individual e coletivo, se coloca, por orientação política expressa e disseminada, como agente promotor de um capitalismo selvático, da opacidade e das desigualdades sociais que se aprofundam. As fronteiras do público e privado esbatem-se, criando uma relação perniciosa que tem como objetivo a reprodução de uma elite económica por intermédio dos fenómenos das portas giratórias e do favorecimento económico.

É do nosso entendimento que a renovação democrática que o LIVRE promete deve estender-se, de forma transversal, à governação do país e à construção de um modelo de desenvolvimento social e económico que rompa com esta cooptação do Estado e da iniciativa privada, que a concentração de riqueza tem provocado, e que **devolva agência às populações**.

Discordamos tanto da visão centralizadora do Estado, como da iniciativa privada para os bolsos de apenas alguns. **Uma economia com maior peso de organizações autogeridas fortalece a resiliência do tecido económico nacional e permite que as relações económicas sejam mais alinhadas com as vontades populares**, priorizando o bem-estar e a utilidade em detrimento da acumulação de capital. Reconhecendo o aumento das desigualdades sociais e a irrefletida centralidade que o crescimento económico tem no debate político, a **democracia económica** traduz-se na possibilidade da sociedade, dotada das ferramentas adequadas, ter a possibilidade real de definir nos seus termos de que forma é que a economia deve servir a prosperidade e bem-estar coletivos. Só teremos uma **cidadania de pleno direito** quando conseguirmos não só exercer a nossa autonomia política e social, mas estendê-la também à esfera económica.

Neste sentido, a democracia económica procura **corrigir as assimetrias de poder** entre **trabalhadores e empresas, cidadãos e Estado**, tendo como três principais eixos: (1) a democratização do trabalho, (2) a democratização do capital e o (3) reforço do setor cooperativo.

1. Democratização do trabalho

Promover a democratização do local de trabalho permite **equilibrar a relação**, marcadamente hierárquica e desproporcional, de empregado-empregador, que se baseia na dependência do primeiro perante o segundo. A capacidade de decisão dos trabalhadores é condição essencial para a alteração da correlação de forças nos meios de produção, permitindo **combater a alienação do trabalho**, através de uma maior autonomia nas suas funções,

mas também combater o assédio laboral, de que são vítimas cerca de 40% dos trabalhadores portugueses, e o cansaço extremo (*burnout*) em situação laboral, fenómeno que tem vindo a crescer.

Em Portugal, as **comissões de trabalhadores continuam a ter pouca expressão**, sobretudo nas pequenas e médias empresas e entidades do setor público, e a **representação sindical é minoritária em vários setores**, num contexto de declínio estrutural da organização coletiva do trabalho. Esta realidade fragiliza a negociação coletiva e reduz a proteção dos trabalhadores, problema, aliás, agravado pelas limitações introduzidas às Portarias de Extensão durante o período do governo de Passos Coelho, que reduziram a capacidade de alargar os efeitos da contratação coletiva.

A experiência de outros países europeus demonstra que fortes Convenções Coletivas de Trabalho contribuem para aumentos salariais generalizados e melhores condições de trabalho. Porém, a democratização do local de trabalho não se deve limitar à negociação coletiva; deve também passar pela **co-determinação** e pela **participação dos trabalhadores nas decisões estratégicas das empresas**, olhando para os exemplos da Alemanha, da Áustria e da Suécia, onde a representação dos trabalhadores nos órgãos de administração ou de supervisão revela que é possível compatibilizar eficiência, estabilidade laboral e maior democracia nas empresas.

2. Democratização do capital

A democratização económica também se concretiza pelo **controlo coletivo dos meios de produção**, do investimento, da organização do trabalho e da distribuição do excedente, possibilitando uma maior estabilidade e segurança económicas para o trabalhador. No capitalismo contemporâneo, o trabalhador, num registo rígido de separação total dos meios de produção, está profundamente limitado na sua capacidade de decisão sobre o rumo da sua organização, da distribuição da riqueza que produz e das regras pelas quais se rege. A concessão de títulos da empresa ou, idealmente, a aquisição da empresa por parte dos trabalhadores, para constituição de uma cooperativa após insolvência, reestruturação ou sucessão empresarial sem continuidade clara (a chamada Lei Marcora, em Itália), são **meios que alargam e horizontalizam a posse do capital**.

No domínio público, é necessário que as comunidades tenham um forte envolvimento e peso nas decisões sobre os investimentos que possam alterar significativamente o seu território e modos de vida. É fundamental re-enquadrar os bens-comuns no centro do debate político à Esquerda. Temos ainda de alargar e proteger as tradições de **posse coletiva dos recursos**, como são exemplos os **baldios**, que permitem uma gestão dos bens comuns que respeite os limites ecológicos e que, simultaneamente, satisfaça as necessidades das comunidades locais.

3. Reforço do setor cooperativo

A cooperativa é o modelo de organização económica que melhor concretiza os objetivos da democracia económica. Estas consistem na figura de um operador económico que é gerido e detido de forma coletiva, permitindo uma **integração do trabalho e dos meios de produção**. Através da horizontalidade da sua estrutura e a integração de processos de decisão democráticos, legalmente protegidos pelo Código Cooperativo, as cooperativas contemplam no seu modo de atuação a **primazia do bem-estar dos seus cooperantes**, por contraposição à procura da maximização do lucro.

Alargar o peso das cooperativas na nossa economia permite que mais pessoas tenham autonomia laboral e poder de decisão sobre a forma como os recursos se organizam e os fins que servem. Introduz, de igual forma,

uma **lógica de cooperação** entre agentes económicos, por contraposição à competição, para a construção de um modelo que faz distribuir os ganhos de forma justa.

Considerações finais

As medidas aqui detalhadas não são estranhas ao programa do LIVRE. Consideramos que existe um **vazio à Esquerda para afirmar uma visão alternativa** e estruturada que encontre prioridade nas propostas e comunicações públicas do partido. O LIVRE precisa de reforçar a sua proposta económica e a democracia económica deve ser um âmbito central do modelo de desenvolvimento que queremos: **ecológico, igualitário e democrático**.

A expressão democracia económica não é amplamente inacessível e carece de explicação, mas importa acertar prioridades para, a partir de um consenso estratégico, fazer propostas concretas com impacto direto na melhoria da vida da maioria. Num mundo conformado com as relações assimétricas no trabalho e na distribuição de riqueza, uma visão que questione a democraticidade do nosso modelo social e económico, e que proponha o cooperativismo ou outras formas de democratização da economia será uma forma de transformar endogenamente a sociedade e de mobilizar as pessoas para práticas mais amplificadas de cidadania e participação.

Considerando o exposto, a presente moção propõe ao XVII Congresso do LIVRE que o partido:

- 1) Introduza na sua comunicação política e visão económica o ideário da **democracia económica** e que promova uma **reorganização e enquadramento das medidas do seu programa** que torne mais clara a integração do conceito;
- 2) Apresente propostas e fomenta através de outras iniciativas a **difusão dos valores da democracia económica** junto da população e da sua base militante, designadamente: através de projetos de lei, artigos, eventos, campanhas públicas e projetos claramente enquadrados nesta visão, em colaboração com entidades relevantes da sociedade civil, nomeadamente sindicatos, cooperativas, comissões de trabalhadores, confederações sindicais e de cooperativas, e académicos;
- 3) Tenha uma voz ativa na **condenação de projetos económicos** que não expressem um envolvimento claro, ativo e substantivo das populações locais e que, por estas razões, falhem em trazer ganhos claros para as mesmas, mas antes consequências danosas para o seu bem-estar e modos de vida.

Julho de 2026

Proponentes

- Tânia Liberato
- Levi Galaio
- Hélder Verdade Fontes
- Patrícia Robalo
- João Carraça
- Rui Dinis Silva
- Ana Natário
- Martim de Freitas
- Tiago Correia
- Francisco Burnay